

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**ATIVIDADES EXPORTADORAS E SEU IMPACTO NA GERAÇÃO DE  
EMPREGO: MUNICÍPIO DE ILHÉUS**

**ELINALDO LEAL SANTOS**

**SALVADOR/BA  
Setembro/2002**

227368

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA**

**ATIVIDADES EXPORTADORAS E SEU IMPACTO NA GERAÇÃO DE EMPREGO: MUNICÍPIO DE ILHÉUS**

**Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia para obtenção do título de Mestre em Economia, Área de concentração: Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente.**

**Aluno: Elinaldo Leal Santos**

**Orientador: Profº Dr. Lívio Andrade Wanderley**

*Faculdade de Ciências Econômicas - UFBA*  
4270311 - Biblioteca 20/02/2013  
Nº \_\_\_\_\_ Data \_\_\_\_\_  
*Tombamento Patrimonial*

**Salvador/Ba  
2002**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA**

**ATIVIDADES EXPORTADORAS E SEU IMPACTO NA GERAÇÃO DE  
EMPREGO: MUNICÍPIO DE ILHÉUS**

**POR**

**ELINALDO LEAL SANTOS**

**BANCA EXAMINADORA:**

---

**Prof. Dr. Lívio Andrade Wanderley**

**Orientador**

---

**Prof. Dr. Paulo Henrique de Almeida**

**Membro**

---

**Prof. Dr. Wesley Vieira da Silva.**

**Membro**

## AGRADECIMENTOS

- À Deus por ter me dado a vida, a inteligência, a compreensão e a capacidade de desenvolver este trabalho.
- À Universidade Estadual de Santa Cruz, pela sua responsabilidade social de desenvolver e difundir o conhecimento técnico-científico no Sul da Bahia, principalmente ao Departamento de Ciências Econômicas por ter oportunizado a implantação do curso de Mestrado em Economia, juntamente com a Universidade Federal da Bahia.
- Ao orientador, conselheiro, amigo e grande estudioso da temática de desenvolvimento regional Prof. Dr. Lívio Andrade Wanderley, cuja orientação foi fundamental para a concretização deste trabalho.
- Ao professor e amigo Wesley Vieira da Silva pela sua estimada contribuição nas análises econométricas deste trabalho.
- Aos professores Paulo Henrique de Almeida, Paulo Balanco, Wilson Menezes, Antônio Henrique, Carlos Alberto Gentil, Hamilton Ferreira, Luciano Ribeiro e demais colegas e professores que colaboraram de alguma forma no desenvolvimento do trabalho.
- À Secretária da Fazenda do Estado da Bahia, SUDIC e ILHÉUSTUR pela relevante contribuição no fornecimento dos dados, sem os quais seria impossível o desenvolvimento do trabalho.
- À Faculdade São Francisco de Barreiras – FASB pela sua compreensão na fase de redação e conclusão deste trabalho, dispondo-me de tempo para finalização da dissertação.
- Aos meus amigos de Ilhéus e Barreiras pela participação e contribuição de alguns momentos de suma importância na minha vida.

À minha família

# SUMÁRIO

<b>Lista de abreviaturas</b> .....	x
<b>Listas de tabelas</b> .....	xi
<b>Resumo</b> .....	xii
<b>Abstract</b> .....	xv
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>1. INTRODUÇÃO</b>	
1.1. Estrutura do Trabalho .....	05
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>2. SUBSTRATO TEÓRICO</b>	
2.1. A Economia Regional e as suas teorias .....	07
2.2. Teoria da Base de Exportação .....	09
2.3. Teoria da Polarização .....	11
2.4. Teoria de Hirschman .....	14
2.5. Globalização e Desenvolvimento Regional .....	16
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>3. METODOLOGIA</b>	
3.1. Modelo Teórico .....	24
3.2. Especificações Econométricas .....	30
3.3. Processo de Amostragem .....	33

## **CAPÍTULO IV**

### **4. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

4.1. Análises das Estimacões Econométricas .....	36
4.2. Análise do Multiplicador de Emprego .....	42
4.2.1. Atividade Turística .....	43
4.2.2. Atividade Industrial de Informática .....	46

## **CAPÍTULO V**

<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	51
--------------------------------------	----

<b>6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	55
--	----

### **7. ANEXOS**

## **Lista de Abreviaturas**

IBC – Instituto de Cacau da Bahia

CEPLAC – Comissão Executiva do Plano de Recuperação da Lavoura do Cacau

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IPI – Imposto sobre Produto Industrializado

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano

ISS – Imposto sobre Serviços

CFS \_ Capital Físico Social

PMS \_ Produtividade Marginal Social

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ILHÉUSTUR – Empresa de Turismo de Ilhéus

JUCEB – Junta Comercial da Bahia

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

SUDIC – Superintendência do Desenvolvimento da Indústria e Comércio

BNDS – Banco Nacional de Desenvolvimento Social

## Lista de Tabelas

Tabela 4.1: Estimacões Econométrica para o Setor Turístico em 1999 .....	36
Tabela 4.2: Estimacão Econométrica para o Setor Turístico em 2000 .....	38
Tabela 4.3: Estimacão Econométrica para o Setor de Informática em 1999 .....	40
Tabela 4.4: Estimacão Econométrica para o Setor de Informática em 2000 .....	41
Tabela 4.5: Multiplicador de Emprego do Setor Turístico .....	43
Tabela 4.6: Gastos Públicos em Atividades Turísticas no Município de Ilhéus .....	44
Tabela 4.7: Multiplicador de Emprego do Setor de Informática .....	46
Tabela 4.9: Faturamento Bruto das Empresas de Setor de Informática .....	47
Tabela 4.8: Investimento público em Atividades Turísticas e Pólo de Informática .....	47

## RESUMO

Este trabalho procura examinar o impacto das atividades exportadoras do Município de Ilhéus, sob o enfoque da Teoria da Base de Exportação de Douglas North, tendo o fim específico de avaliar os setores de turismo e de informática no que tange o seu efeito no multiplicador de emprego. Os resultados mostram que é preciso um projeto de desenvolvimento local que contemple uma maior participação dos atores sociais. A atividade turística é a que mais se aproxima do modelo de desenvolvimento endógeno por ter um maior poder de aglutinação dos interesses coletivos da comunidade. A existência de incentivos fiscais é responsável pela permanência e instalação de alguns empreendimentos no setor de informática, mas no longo prazo torna-se insustentável, o que compromete a consolidação do pólo. O nível de emprego é interpretado como indicador da renda regional e como reflexo de investimentos efetuados no Município de Ilhéus .

---

## CAPÍTULO I

### 1. INTRODUÇÃO

Contada em prosas e versos, a cidade de Ilhéus foi por muitas vezes cenário de alguns romances de Jorge Amado como: “Terra do Sem Fim”, “Cacau”, “São Jorge dos Ilhéus”, “Gabriela Gravo e Canela” entre outros, tornando uma fonte inesgotável de inspiração para estudiosos, artistas, intelectuais e pesquisadores que ousam desvendar e descobrir os mistérios da civilização do cacau. Sua história reporta-se ao Brasil Colônia, quando D. João III, rei de Portugal, dividiu o Brasil em capitanias hereditárias, criando a Capitania de São Jorge dos Ilhéus, dando origem a uma das cinco primeiras vilas criadas no Brasil. Até o século XIX, Ilhéus conservava os mesmos aspectos dos séculos anteriores, mantendo os hábitos e costumes de uma cidade primitiva. A revolução só ocorreria com a introdução da lavoura do cacau. Lavoura essa, que proporcionou mudanças estruturais de ordem econômica, política, cultural e social do município, bem como, da sua região.

De uma pequena vila produtora de cana-de-açúcar a um grande centro urbano regional, Ilhéus foi a cidade mais próspera do interior da Bahia, durante a primeira metade do século XX. Sua riqueza manifestava em belíssimas construções arquitetônicas como casarões, teatro, igrejas, cabarés, cassinos, além de grandes investimentos em infra-estrutura como: construção de estrada de ferro, porto, iluminação elétrica, rede de esgoto, escolas e aeroporto. A atividade econômica do cacau proporcionou a nova elite adquirir bens de consumo como móveis, louças e vestuários nos grandes centros europeus, traduzindo o período áureo da cacauicultura que se manifestava na vida dos seus habitantes e na figura do “coronel”.

A base econômica do município se mistura e se confunde com a história do cacau. O cacau proporcionou ao município uma identidade histórico-econômico-cultural nunca antes percorrida. Segundo Barroco (1998), o cacau chegou a representar 35% das exportações nordestinas e 70% das exportações da Bahia entre os anos de 1977/79. Embora, não seja o cacau nativo da região, e sim da Amazônia, como diz relato histórico de Andrade (1996), as

primeiras sementes foram trazidas para o Sul do Estado por volta de 1746, encontrando-se uma excelente condição de clima e solo semelhante a sua região de origem. Para entender a evolução da “civilização cacauera,” costuma-se dividir a economia da cacauicultura em períodos ou ciclos econômicos, a fim de que possa compreender os elementos de mudanças na formação da sociedade.

O primeiro ciclo é marcado com a introdução das primeiras sementes, em 1746, e expande-se até 1930. Deve-se associar tal ciclo com a crise da agroindústria açucareira no Brasil colonial e a estratégia desenvolvida por Portugal em mudar de posição de importador para de exportador de cacau na Europa. A Capitania de Ilhéus necessitava substituir a decadência da cana-de-açúcar por outro produto agrícola de exportação. Como o clima e o solo eram propícios ao cultivo do cacau, deu-se início a plantação na região. Junta-se a isto, a figura do “desbravador” uma espécie de aventureiro que buscava na conquista de terras compor fortunas mesmo que fosse expropriando terras indígenas, valendo-se de mão-de-obra assalariada.

Diferenciando da relação capital/trabalho existente no cultivo da cana-de-açúcar centrada na mão-de-obra escrava pelo uso de trabalho livre, assalariado ou semi-assalariado que comparando o custo de produção tornava-se mais competitivo empregar o trabalho assalariado ao invés do trabalho escravo. Segundo Andrade (1996), em 1895 a exportação de cacau já atingia 112 mil sacos, sendo que seis anos mais tarde, em 1901, o Brasil ocupava o primeiro lugar na produção mundial.

O segundo ciclo vai de 1930 a 1957 e é caracterizado pelo expressivo aumento de área cultivada acompanhada da queda de produtividade da lavoura. Isto em função do esgotamento das terras férteis e do envelhecimento dos cacauais, muitos deles com mais de 50 anos, fazendo a produtividade cair além dos ataques de pragas e de doenças na plantação. Um outro agravante centrava-se nos reflexos da crise de 1929 que dificultou as exportações da balança comercial brasileira para os grandes mercados consumidores, forçando muitos produtores a abandonar suas atividades por não terem como financiá-las. Algumas entidades

de amparo foram criadas por parte do Estado para socorrer os produtores, a exemplo do Instituto de Cacau da Bahia – ICB, que tinha a finalidade de conceder crédito, divulgar preços, fazer operações de compra evitando, assim, as especulações que caracterizavam o comércio do cacau. Além da Comissão Executiva do Plano de Recuperação da Lavoura Cacaueira – CEPLAC com o objetivo de recuperar e reestruturar a lavoura, conceder crédito para melhoria dos métodos e técnicas na produção, passou mais tarde, a desenvolver também estudos e pesquisas de experimentação agrônômicas. Houve então, um investimento bastante relevante em recursos físicos e humanos para criar uma base de pesquisa, diga-se de passagem, a qual durante muitos anos, foi considerada a mais importante no mundo no gênero, como afirma Andrade (1996).

Faz-se necessário lembrar que a CEPLAC detinha uma certa autonomia administrativa e financeira, atuando na região como uma espécie de governo paralelo, assumindo atribuições de competência do Estado, a exemplo de construções de escolas, hospitais e estradas. Somente em 1986 é que a CEPLAC perde sua autonomia administrativa e financeira, deixando de incorporar no seu orçamento a taxa de 10% da produção do cacau do país.

A fase atual da cacauicultura é marcada por dois fatores determinantes em mercado de produtos de *commodities*: o surgimento de outros centros produtores com alta produtividade a exemplo da cacauicultura no Sudeste Ásia (Indonésia e Malásia) e o foco da “vassoura-de-bruxa”, uma espécie de doença que ataca os cacauais infestando rapidamente toda lavoura. Estes fatores contribuíram, de certo modo, para queda do preço no mercado internacional, descapitalizando o mercado local com o empobrecimento dos agricultores, afetando diretamente a indústria da região. Daí a necessidade de buscar novas alternativas econômicas capazes de alavancar o desenvolvimento da região, mediante a diversificação da suas bases produtivas - agricultura, indústria e serviço.

Nesse sentido, a região cacaueira vem implementando políticas econômicas que possam, de certa forma, atrair novos investimentos e diversificar a sua base econômica, a exemplo

da agroindústria, da pecuária, da fruticultura, do turismo e mais recentemente do pólo de informática de Ilhéus (PII), que vem sendo mencionado, por parte do poder público e da iniciativa privada, como mola propulsora para o desenvolvimento.

A política econômica, além de ser parte da política pública é tida como instrumento utilizado pelas autoridades na estruturação e organização das atividades econômicas, juntamente com a sua programação. Ela tem como função, disciplinar e localizar, no espaço econômico da região, os principais investimentos privados e públicos, a fim de promover a estabilidade econômica, a alocação eficaz dos recursos e a distribuição da renda e do emprego. Sobre isso, Filellini (1989, p. 51) afirma que:

*A discussão das políticas econômicas governamentais, tradicionalmente, centra-se na definição e aplicação de medidas explícitas, empreendidas para afetar a alocação dos recursos (política alocativa), a distribuição da renda (política distributiva), bem como a estabilidade da economia (política estabilizadora).*

O desenvolvimento requer uma série de empreendimentos que produzam efeitos favoráveis no fluxo dos investimentos por parte do poder público em setores que possam realmente promover um efeito multiplicador e inovador na economia: gestão pública, educação, saúde, infra-estrutura, agricultura, indústria, entre outros. Estes investimentos são denominados de capital fixo social e assumem a função de complementaridade do investimento privado, podendo atrair investimentos dinâmicos e inovadores, nesta citação Rezende (1983, p. 305) afirma que:

*Especialmente em países que ambicionam atingir rapidamente níveis mais elevados de desenvolvimento é cada vez mais importante o papel desempenhado pelos investimentos realizados diretamente pelo governo, não só nas áreas mais tradicionais de desenvolvimento da infra-estrutura econômica, mas também em setores industriais com elevados efeitos multiplicadores sobre a produção.*

O objeto desta pesquisa visa analisar a criação de empregos a partir do pólo de informática de Ilhéus e do setor turístico do município, além de fazer uma breve avaliação dos gastos públicos deste dois setores. Entende-se por posto de trabalho a função, o cargo ou a ocupação remunerada exercida por uma pessoa. A criação de novos postos de trabalho é vista como um indicador de desenvolvimento econômico, que implica no aumento da renda e, conseqüentemente, no nível de consumo regional.

Finalmente, a pesquisa tem por finalidade sinalizar os caminhos que estão sendo trilhados por estes investimentos, fornecendo informações para o setor público na tomada de decisão, além de contribuir com algum conhecimento no meio acadêmico.

### **1.1. Estrutura do Trabalho**

Além dessa introdução, denominada de capítulo I, esta dissertação de mestrado se constitui de mais quatro capítulos, seguindo as seguintes características:

- **Capítulo II** – aborda o resumo das principais teorias que formam o arcabouço teórico do desenvolvimento regional, centrando-se nos trabalhos de North,, Perroux e Hirschman. O substrato teórico discute aspectos referentes a questões do desenvolvimento regional, da base de exportação, dos pólos industriais e de estratégias de organização do espaço econômico em ambiente globalizado.

- **Capítulo III** - evidencia os aspectos metodológicos seguidos pela pesquisa, tendo como método de análise o modelo econométrico fundado no referencial teórico da teoria da base de exportação de Douglas North. O modelo se propõe a fazer uma avaliação do impacto das relações inter-regionais e/ou internacionais da região em estudo, além de apresentar, no trabalho, os procedimentos dados ao tratamento da população amostral.
  
- **Capítulo IV** – apresenta a análise dos resultados das regressões referente os setores de turismo e de informática do município de Ilhéus.
  
- **Capítulo V** – Traz as considerações finais da dissertação, bem como, sugestões de políticas públicas a serem implementadas no município como forma de alavancagem para o desenvolvimento regional.

---

## **CAPÍTULO II**

### **2. SUBSTRATO TEÓRICO**

Este capítulo visa apresentar uma sinopse de algumas visões sobre a questão do desenvolvimento regional, a partir de aspectos presentes na análise desta dissertação: encadeamentos, pólos e novas configurações regionais.

#### **2.1. A Economia Regional e suas teorias**

Para compreender os propósitos e lugar ocupado pela Economia Regional, como área de estudo da teoria econômica, faz-se necessário uma introdução conceitual que esclareça o conteúdo e o objeto de análise desse ramo de conhecimento.

A Economia Regional formalizada em disciplina acadêmica é muito recente, ela encontra respaldo teórico nos meados do século XX, período do pós-guerra quando buscava compreender o surgimento e permanência de grandes desigualdades sócio-econômicas entre algumas regiões.

A compreensão dos conceitos da “economia regional” é a condição necessária para obtenção de elementos analíticos básicos que sejam capazes de nortear a linha de raciocínio a ser seguida neste trabalho.

O espaço enquanto objeto de estudo não se resume apenas a uma única área de conhecimento, ele se manifesta das mais diversas formas possíveis. Os matemáticos definem como sendo uma relação abstrata entre duas ou três dimensões que podem ser situadas pelas coordenadas, os pontos, as linhas, as superfícies e os volumes. Os geógrafos delimitam o espaço em função de suas características uniformes de cunho econômico, político, social e climático.

O enfoque dado à noção de espaço na concepção geográfica baseia-se nas condições naturais do meio físico, no qual encontra-se presente uma relação de causa e efeito em que o homem situa-se como agente passivo ou ativo frente à ação ativa ou passiva da natureza, respectivamente caracterizando-as regiões geográficas deterministas ou probabilistas. A relação do homem com a natureza está estritamente vinculada com a subsistência e seu espaço fica limitado a sobrevivência, constituindo sua tribo local.

Observa-se que o conceito de espaço geográfico vincula com a interdependência econômica, demográfica e climática da sobrevivência humana. Neste contexto, a idéia de região implica em um princípio de organização do território que sirva de suporte para combinações escolhidas e realizadas pelo homem, contribuindo para favorecer a estabilidade e a permanência do grupo levando em conta os domínios do espaço terrestre, aéreo e aquático. Fato esse que nos leva a perceber que o homem organiza o espaço de acordo com suas necessidades imediatas e com os instrumentos técnicos e culturais que dispõem.

A economia espacial fornece elementos substanciais para o entendimento dos processos de consolidação das atividades nas regiões. Para Ferreira (1986:47), a economia espacial trata de analisar “o que”, “onde” e “por que” determinadas atividades econômicas se localizam em espaços diferentes, nas palavras do autor:

*Cumpra à análise espacial estudar os tipos específicos de atividades econômicas, suas localizações em relação as outras atividades econômicas, ou seja, questionar os problemas relativos à proximidade, concentração e dispersão de atividades econômicas e as semelhanças ou diferenças dos padrões de distribuição geográfica dessas atividades.*

Os problemas da economia espacial fundam-se na concentração do capital industrial, na aglomeração de atividades econômicas, nas desigualdades pessoal e regional da renda e da

riqueza, de tal forma que as questões sócio-econômicos regional são também problemas de localização.

É em função de tais problemas que a Economia Regional enquanto área de conhecimento da teoria econômica deve analisar o fenômeno espacial como um processo que visa à alocação eficiente dos recursos com fins alternativos, de forma convencional. Sobre isso, Dubey *apud* Ferreira (1986:48) define a Economia Regional como sendo:

*É o estudo da diferenciação e inter-relação de áreas em um universo, onde os recursos estão distribuídos desigualmente e são imperfeitamente móveis, com ênfase particular na aplicação ao planejamento dos investimentos em capital social básico, para mitigar os problemas sócias criados por essas circunstâncias.*

Buscando compreender tais fenômenos, a Economia Regional toma espaço na comunidade acadêmica e se consolida como uma área de conhecimento de suma importância no mundo globalizado. Os trabalhos desenvolvidos por alguns estudiosos como François Perroux, Albert Hirschman, Douglas North, Nurkse, Lewis, Scitovsky entre outros fornecem o arcabouço teórico que dar sustentação a área do desenvolvimento regional.

## **2.2. Teoria da Base de Exportação**

O ponto de partida para análise de uma dada região centra-se na especialização que esta pode oferecer as outras regiões. Nessa concepção, a base teórica para explicar tal fenômeno encontra-se nos trabalhos de Douglas North, que considera as exportações regionais como o principal fator determinante de crescimento de uma região e de sua interação com as demais regiões.

A teoria da base de exportação é um avanço da teoria da base econômica desenvolvida juntamente com o aparecimento no cenário acadêmico da disciplina Economia Regional. A teoria busca explicar o desenvolvimento de uma dada região, classificando as atividades

econômicas desta região em uma dicotomia pautada em atividades básicas (ou não-locais) e atividades não-básicas (locais). Tal teoria pode conceder para efeito de análise, unidades de medidas diferentes, tomando-se, nesta dissertação, como unidade de medida, o emprego, esta pode ser classificada em emprego básico e não-básico. Segundo Schickler (1974), a relevância das unidades de medidas serão dadas conforme os objetivos que o modelo pretende atingir. E isso pode ser feito através de *insights* apriorísticos sobre a realidade ou mediante testes estatísticos.

A teoria da base econômica classifica as atividades econômicas como sendo aquelas que produzem bens e serviços para uso não local, ou seja, são atividades com demanda externa às suas regiões de origem. Isto significa dizer que quanto maior a demanda externa por bens e serviços ofertados pela região em questão maior deverá ser o impulso desenvolvimentista dessa região. As atividades não-básicas são aquelas cuja demanda é dada pela comunidade local, ou seja, são atividades que geram bens e serviços para atender os residentes. Assim, se a demanda por bens e serviços na indústria exportadora aumentar, aumentará também o número de pessoas empregadas nas atividades não-básicas da região, expandindo também a renda agregada da comunidade local e, conseqüentemente, o nível de consumo da região. Sobre isso, Schickler (1974: 12) analisa que:

*... numa economia local o setor mais sujeito a forças exógenas é o exportador. Ademais, as exportações são o traço distintivo da estrutura econômica de uma área. Elas diferem acentuadamente de lugar para lugar, refletindo o ajustamento da produção da área às suas vantagens naturais e adquiridas. Diferenças nas atividades não-básicas existem, mas são muitas menos pronunciadas.*

A partir da década de cinquenta, verificou-se um avanço na discussão teórica sobre a base de exportação, tais avanços provinham dos trabalhos publicados por Andrews, J.W. Alexander e Douglas North . Esse último constituiu um marco inicial em conceber o crescimento regional como uma ação decorrente de fatores exógenos, além de conjugar a teoria da base econômica com a teoria da localização. Sobre isso, Schickler (1974, 28) citando North observa que:

---

*O sucesso da base de exportação tem sido o fator determinante da taxa de crescimento das regiões. Portanto, a fim de compreendermos este crescimento, devemos examinar os fatores locais que propiciaram o desenvolvimento dos produtos básicos regionais.*

A teoria da base econômica busca explicar a renda, o emprego e o consumo de uma determinada área por meio de forças exógenas à região. Contudo, o crescimento desta região poderá ficar refém das contingências ambientais e de certo modo do grau de elasticidade da demanda de sua base econômica, podendo inviabilizar a sua performance frente as demais regiões.

É de fato um modelo teórico que tenta explicar o crescimento econômico pelo lado da demanda o que reforça a tese de que a teoria da base possui características de um modelo de curto prazo assemelhando-se com a teoria keynesiana de determinação da renda nacional, utilizando-se do conceito de efeito multiplicador para explicar o impacto das variáveis emprego e renda sobre o crescimento da região. Entende-se por região um *locus* de determinados fenômenos sociais, culturais, naturais e políticos que lhe são inerentes.

North (1977) chama atenção afirmando que à medida que cresce a renda da região, as poupanças locais tenderão a se extravasar para novos tipos de atividades, satisfazendo a demanda local e acrescentando novas indústrias de exportação. Como resultado, as bases de exportação da região tendem-se a se tornar mais diversificadas com uma forte relação comercial com o resto do mundo. Podendo ocorrer ao longo prazo uma maior equalização da renda *per capita* e uma dispersão mais ampla da produção.

### **2.3. Teoria da Polarização**

A Teoria da Polarização desenvolvida por Perroux (1967), economista francês neomarginalista, parte do pressuposto de que o conjunto de unidades econômicas podem exercer uma grande influência no meio. E essas unidades dominantes podem ser, segundo ele, uma firma, uma indústria ou um complexo industrial.

Essa teoria se insere no contexto do desenvolvimento desequilibrado, contrapondo à idéia de equilíbrio geral no processo de crescimento econômico que tem no princípio da livre concorrência a essência para a eficiência do mercado. Tal pensamento se aproxima das idéias de Hirschmann que percebe o desenvolvimento como um processo que se propaga através de impulsos econômicos desequilibrados entre unidades produtivas localizadas regionalmente, assim verificado em Silva, Lima e Piffer (1999). Perroux define pólo de crescimento como uma unidade motriz, num determinado espaço econômico, que cria efeitos propulsores sobre outros conjuntos definidos no espaço econômico e geográfico.

Perroux procura ainda distinguir pólo de crescimento e desenvolvimento. Define pólos de crescimento como sendo aqueles que mesmo motivando o crescimento do produto e da renda não provocam transformações significativas nas estruturas regionais. Já os pólos de desenvolvimento são vistos como aqueles que produzem modificações estruturais no nível da rendas e do consumo da população elevando a qualidade de vida da região. Os pólos são empreendimentos de uma série de projetos que produzem efeitos favoráveis no fluxo do rendimento de uma variedade ampla de setores, sejam eles, na esfera pública ou privada. Para Porter (1996), pólos (*clusters*) são concentrações geográficas de organizações e instituições de um certo setor, abrangendo uma rede de empresas inter-relacionadas que juntas ganham competitividade e mercados.

Petrocchi (2001) afirma ainda que um pólo em uma determinada área inclui empresas e instituições com ligações estreitas ou fortes complementaridade em setores amplos e diversos e que seu limite ultrapassa as fronteiras políticas e administrativas do seu espaço geográfico para se estabelecer na esfera econômica.

A concentração de empresas em uma determinada região desperta interações e cooperação entre si que o fazem um grupo de segmentos empresarias que compartilham encadeamentos verticais e horizontais positivos que produzem efeitos *para trás* e *para frente*. Kotler *apud* Petrocchi (2001:39) define que a estrutura de um pólo (*cluster*)

*Abrange a atividade central e as atividades relacionadas e de apoio. Empresas de apoio são as inseridas nos encadeamentos verticais: relacionamento entre a empresa central e outras empresas que participam de sua cadeia produtiva. Encadeamento à frente são os relacionamentos entre a empresa focalizada e as empresas a seguir da cadeia produtiva (...) Encadeamento para trás são aqueles entre a empresa focalizada e as empresas anteriores na cadeia produtiva.*

Tal estrutura forma um sistema de empresas e instituições inter-relacionadas, cujo valor como um todo é maior que a soma das partes. Entretanto, a eficiência dessa estrutura é dada pela qualidade do ambiente de negócios. Essa qualidade é determinada pelo acúmulo de capitais sejam eles: social, humano, tecnológico, financeiro ou natural.

Porter (1999) exemplifica mostrando que as empresas não têm condições de empregar técnicas logísticas avançadas na inexistência de uma infra-estrutura de transportes de alta qualidade; ou mesmo aplicar estratégias em atividades de serviços, a não ser que tenha acesso a pessoas altamente qualificadas ou ainda obter eficiência de gestão sob condição de um sistema administrativo burocrático.

Os pólos são vistos para Porter como uma combinação de competição e cooperação. A competição na conquista e preservação de mercados e a cooperação pela proximidade geográfica que facilita a complementaridade entre as atividades dos diferentes participantes e amplia os benefícios, diminuindo custos de transação.

Isto posto, a teoria da polarização focaliza a maneira como a concentração de empresas e instituições economicamente interligadas, numa determinada área geográfica específica, afeta a competitividade e, conseqüentemente, o grau de desenvolvimento de uma região.

## 2.4. Teoria de Hirschman

Na obra *Estratégia do Desenvolvimento Econômico* (1958), Albert Hirschman formulou uma base teórica para explicar como um determinado país de economia atrasada pode se inserir no mercado de forma mais competitiva. Deve-se a ele a criação do *efeito de encadeamento* e o *princípio da margem de tolerância* que contribuíram para popularização das suas idéias.

Hirschman parte do princípio em que regiões desprovidas de recursos, sejam eles: capital, atividade empreendedora ou conhecimento técnico podem, provavelmente, sanar os problemas trazendo do exterior ou procurando meios ou modos de produzi-los na própria região. Para tanto, faz-se necessário à presença de um *agente coordenador* capaz de congregiar os vários elementos ocultos ou dispersos no ambiente, podendo esse *agente coordenador* ser em algum momento o Estado, mas isso não inviabiliza a presença de outras instituições de caráter coordenativo.

Para Hirschman, o processo de transformação em uma sociedade pode ocorrer pela *imagem grupal de transformação* ou pela *imagem egocêntrica da transformação*. A primeira consiste em uma ação coletiva imbuída de cooperação entre as partes envolvidas capaz de criar um ambiente de sinergia onde a soma das partes é maior do que o todo. A segunda centra-se na figura de um indivíduo empreendedor que vê a evidência do progresso econômico, o interpreta e aproveita os seus retornos. Esta alternativa assemelha-se ao pensamento de Schumpeter que vê no indivíduo empreendedor o espírito inovador com capacidade de liderança, disposição de assumir riscos e de romper com os velhos moldes das finanças, da produção e da distribuição, transformando a sociedade em um ambiente favorável a inovações.

Hirschman concebe o desenvolvimento como processo que se propaga através de impulsos econômicos desequilibrados entre as unidades produtivas localizadas regionalmente. Ele nega o princípio de que as forças (demanda e oferta) do mercado, agindo sozinhas, são capazes de restabelecer o equilíbrio do sistema. Argumentando que é possível corrigir as situações de

desequilíbrio pelas forças fora do mercado, ou forças do mercado ou, ainda, pela ação conjunta de ambas.

Para Hirschman, a maneira mais óbvia pela qual a política econômica afeta os índices de desenvolvimento de diferentes partes de um país é através da dotação regional das verbas de investimento público. Neste sentido, verifica-se que o poder público local pode atuar como incentivador no processo de alavancagem do desenvolvimento econômico, mediante concessão de incentivos fiscais, políticas creditícias e ampliação de infra-estrutura.

Deve-se conceber tais iniciativas com que ele chama de *Capital Fixo Social* (CFS) que pela definição do autor e em suas palavras é visto como:

*CFS é geralmente definido compreendendo os serviços básicos, sem os quais as atividades primárias, secundárias e terciariamente produtivas não podem funcionar. Num sentido mais amplo, inclui todos os serviços públicos desde a justiça e a ordem, através da educação e saúde pública até o transporte, comunicações suprimento d'água e de energia, bem como, o capital geral agrícola, tais sejam os sistemas de irrigação e de drenagem . Hirschman (1961: 131).*

Neste sentido, planejar o desenvolvimento consiste primordialmente no assentamento sistemático de uma série de planos desenvolvimentistas. Planos esses que são limitados pela escassez de recursos, cujo total de projetos excede os recursos disponíveis. Daí a dificuldade na seleção de projetos que trarão maior contribuição relativa para sociedade local.

Sobre isso Hirschman defende a necessidade de avaliar tais projetos dando ênfase à *produtividade marginal social* (PMS), estabelecendo uma razão custo-benefício permitindo uma classificação de planos diversos na ordem de contribuição que dele se espere para a produção e, conseqüentemente, para o desenvolvimento da comunidade.

A eficiência de julgar o mérito desenvolvimentista de um projeto consiste em detectar o grau de probabilidade que este poderá induzir na realização de uma série de outros empreendimentos cuja definição Hirschman intitula *efeito de encadeamento*. Tal efeito se propaga através da cadeia produtiva movida por forças prospectivas (encadeamento para

frente) e por forças retrospectivas (encadeamento para trás) possibilitando uma ampla integração de unidades produtivas.

- i) encadeamento para frente – são efeitos causados pela indústria motriz possibilitando o surgimento de outras unidades produtivas responsáveis pela distribuição do produto no mercado;
- ii) encadeamento para trás - são os impactos da indústria motriz sobre outras atividades responsáveis pelo fornecimento de insumos na cadeia produtiva;
- iii) Encadeamento da demanda final – é o investimento realizado na indústria local de bens de consumo para atender a demanda dos fatores de produção da indústria-motriz.

Observa-se que o pensamento de Hirschman pode ser caracterizado como holístico, sistêmico e evolutivo. É holístico porque tem como função relacionar as partes de um sistema com seu todo, ou seja, uma ação desenvolvimentista tem que estar perfeitamente em sintonia com as diversas dimensões que compõem o sistema, sejam elas: econômicas, políticas, sócio-culturais ou ambientais. É sistêmica porque suas partes constituem um todo coerente que só podem ser entendidos nos termos de todas as dimensões. Por fim, é evolutiva porque as mudanças em uma das partes do sistema proporcionam mudanças também nas outras dimensões em função da forte interconexão existente entre os elementos que formam o sistema.

## **2.5. Globalização e Desenvolvimento Regional**

Hoje com a globalização da economia dada pela abertura dos mercados, sejam eles mundial, regional ou local, viabilizada pela mundialização das atividades das empresas multinacionais, a rápida expansão do mercado financeiro e pelo declínio do sistema de produção fordista, deve-se repensar em que contexto o desenvolvimento de uma dada região pode ser analisado.

A globalização é vista como um vasto e complexo processo que se realiza em diferentes escalas (local, regional, nacional ou global) e múltiplas dimensões: econômica, política,

cultural e social. A compreensão maior desse fenômeno é algo que requer uma análise teórica mais aprofundada que perpassa por correntes ideológicas de cunho antagônico e que não cabe aqui, neste momento, uma discussão.

Entretanto, faz-se necessário apresentar alguns conceitos que serão relevantes para o entendimento do trabalho. Nesse contexto, qual o papel do local, diante do processo de globalização? Qual a função do Estado no desenvolvimento regional?

Albagli (1998) apresenta o conceito de local relacionado-o aos principais aspectos:

- i) tamanho/dimensão;
- ii) diferenciação/especificidade;
- iii) grau de autonomia.

Diferenciar o global do local refere-se a uma questão de delimitação ou recorte territorial que se expressa em termos econômicos, políticos e cultural. O global se caracteriza pela inexistência de limites internos, enquanto que o local associa-se a idéia de lugar – espaço no qual as pessoas habitam conjuntamente – Harvey *apud* Albagli apresenta as variedades de significado da palavra e sua co-relação com o meio.

*Há todo tipo de palavras, tais como meio, localidade, localização, local vizinhança, região, território e outros, que se referem às qualidades genéricas do lugar. Há outros termos como cidade, vilarejo, megalópoles e estado que designam tipos particulares de lugares. Há ainda como lar, comunidade, nação e paisagem, que possuem conotações tão fortes que seria difícil falar sobre um sem o outro. Lugar tem também um leque extraordinário de significados metafêricos.*

O local não é simplesmente acepção geográfica, mas um *locus* de produção e reprodução de relações sociais, econômicas e políticas de uma dada sociedade. Relações sociais que se transformam em novos paradigmas tecno-econômicos ao passo que quando se fala em globalização, está se pensando, em mercado. E o mercado no mundo globalizado ultrapassa os limites geográficos pré-determinados, graças às modernas tecnologias de informação e

comunicação que permitem uma maior agilidade dos fatores de produção anulando o espaço através do tempo.

Para entender a dinâmica do capital no espaço e compreender como uma determinada região se insere no contexto global faz-se necessário conceituar o espaço econômico que esta região se encontra. A noção de espaço está presente nos mais diversos ramos de conhecimento científico e configura-se em cada um deles com características próprias.

Assim sendo, Lopes *apud* Wanderley (1994: 3) considera que: *O espaço pode ser definir-se a partir de um conjunto de dados econômicos localizados podendo as localizações serem dispersas, porque o que dá unidade ao espaço são as suas características e a natureza das relações de interdependência.* Essa concepção de espaço coloca o espaço global como um conjunto de economias regionais especializadas e interligadas com fortes relações produtivas, financeiras e mercantis, onde cada parte atua, de maneira distinta, na produção e reprodução do capital e ao mesmo tempo possibilitando a divisão sócio-espacial do trabalho.

As transformações econômicas e tecnológicas ocorridas a partir da década de 1970 com a introdução da microeletrônica, telecomunicações, biotecnologia, robótica e outras possibilitaram uma nova matriz de relações espaciais e acumulação de capital. Novos padrões locais são determinantes para entender a dinâmica do capital em mercado globalizado, fatores de ordem técnica, organizacional e jurídico-normativo definem a localização dos empreendimentos. Para Albagli (1998), a hierarquização do espaço global é determinada pela capacidade dos lugares de absorver novas tecnologias, bem como pela sua maior ou menor disponibilidade de infra-estrutura e de mão-de-obra adequada à localização dos segmentos econômicos intensivos em conhecimento.

Regiões mais atrasadas prezam pelas estratégias de baixos custos, recursos naturais e mão-de-obra abundantes. Entretanto, no espaço global a estratégia para o desenvolvimento de uma dada região não pode ser limitada a tais atributos, a esfera tecnológica é um fator decisivo no processo de integração mundial. Isto porque a conquista das vantagens já não se baseia essencialmente nos baixos custos da mão-de-obra ou nos diferenciais de câmbio, lucro ou

recursos naturais em abundância, mas sim nas vantagens competitivas de caráter dinâmico, pautadas em introdução constante de inovações tecnológicas, sejam elas, de gestão, pesquisa & desenvolvimento ou na qualificação dos recursos humanos envolvidos. Esses são os atributos que tornam uma certa região mais competitiva que outra, portanto, com maior facilidade no processo de integração no mundo globalizado.

Essas transformações nos processos produtivos e na organização do espaço econômico ocorrem com velocidade e ritmo acelerados que intensificam as disputas competitivas, obrigando o espaço local a uma constante atualização para satisfazer os valores globais, dentro dos padrões locais.

A nova concepção de desenvolvimento terá que ter no bojo da discussão o processo de mudança social e a elevação das oportunidades da sociedade, compatibilizando no tempo e no espaço o crescimento e a eficiência econômica, a conservação ambiental, a qualidade de vida e a equidade social imbuída de uma forte integração dos atores locais - autoridades públicas, institutos de pesquisa e universidades, agentes produtivos, associações, sindicatos e vários segmentos das comunidades regionais e locais, com o objetivo promover um ambiente favorável ao desenvolvimento e à introdução de inovações nas regiões menos desenvolvidas.

O “novo” papel do Estado neste processo de desenvolvimento requer uma capacidade de gestão altamente descentralizada que possa dar ao espaço local autonomia decisória através dos seus atores locais, de tal forma que ponha nas mãos destes o destino da economia local ou regional.

Segundo Amaral Filho (1999), as instâncias locais levam enorme vantagem sobre as instâncias administrativas centrais, por estarem mais bem situadas em termo de proximidade com relação aos cidadãos consumidores finais de bens e serviços, além de manter uma interação em tempo real com produtores e consumidores. Desta forma, o novo modelo dedesenvolvimento perpassa por uma realização de “*baixo para cima*” partindo das potencialidades sócio-econômicas provenientes do seu espaço local com um forte movimento endogeneizado ao invés de uma realização de “*cima para baixo*” provenientes de programas

governamentais de caráter intervencionista concretizados nos pólos e distritos industriais planejados. O modelo de desenvolvimento endógeno<sup>1</sup> sintoniza com o que chamamos de “Glocalização”, ou seja, a capacidade que o espaço local tem em se inserir no mundo globalizado.

A necessidade de se buscar um referencial teórico que explique as novas formas de atuação do desenvolvimento regional centra-se no deslocamento do conceito de região objeto, diga-se grandes regiões – Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul para ser substituída região sujeito, ou seja, por territórios de abrangência subregional e local com base em diagnósticos mais precisos de potencialidades e fragilidades. Tal pensamento encontra respaldo na teoria do crescimento endógeno que considera a participação da sociedade civil e a articulação dos autores sociais como um instrumento para a promoção do desenvolvimento, seja em escala nacional, regional ou local.

Bandeira (1999), em trabalho publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, apresenta algumas discussões sobre a questão da participação e articulação de autores sociais no processo de Desenvolvimento Regional. Ele argumenta que a falta da participação da comunidade na concepção e implementação em políticas, programas e projetos de desenvolvimento como sendo uma das principais causas do fracasso de políticas públicas. E aponta algumas vertentes convergentes a favor da participação da comunidade no processo de Desenvolvimento Regional:

- i) a necessidade de consultar os segmentos da comunidade diretamente afetados, quanto da concepção, elaboração, implementação e avaliação de programas e projetos específicos;
- ii) a importância de se ter uma sociedade civil atuante na vida pública para assegurar a transparência das ações e combater à corrupção no setor público;
- iii) o incentivar na participação da acumulação de capital social – que é composto de um conjunto de fatores de natureza cultural que aumenta a propensão dos atores sociais para empreender ações coletivas e,

---

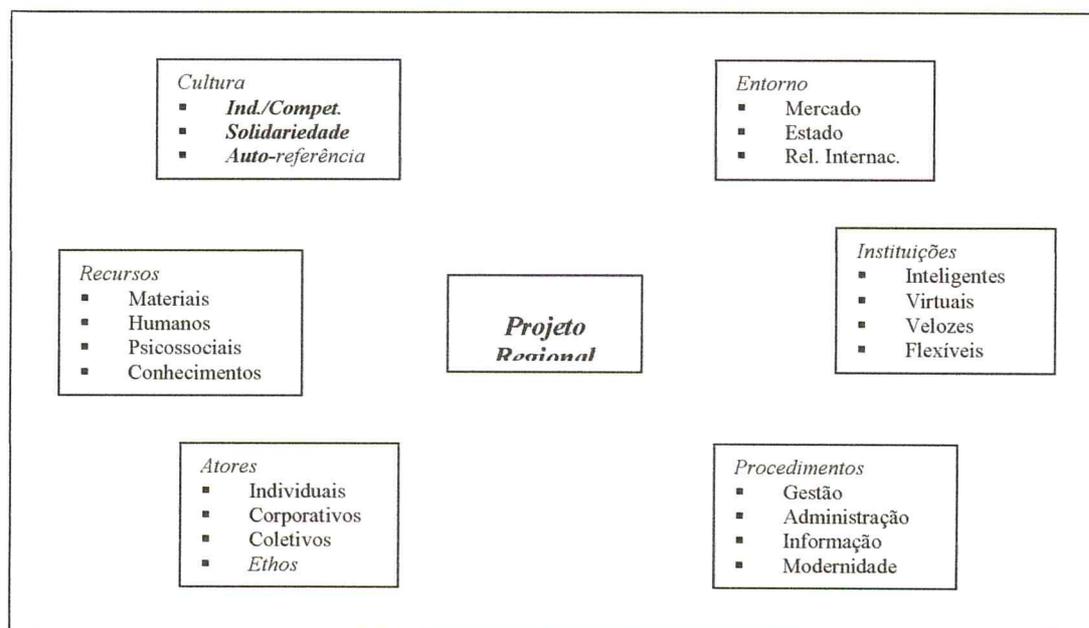
<sup>1</sup> Robert Lucas (Universidade de Chicago) formulou um modelo de crescimento endógeno pelo fato de identificar que fatores de produção atualmente decisivos como: capital social, capital humano, conhecimento, pesquisa e desenvolvimento e as instituições como fatores determinados dentro da região e não de forma exógena, como até então era entendido.

- iv) o destaque para o papel desempenhado na participação, formação e consolidação das identidades regionais.

Na mesma linha de raciocínio Boisier (1996), em artigo publicado pela Revista Planejamento e Políticas Públicas diz que o Desenvolvimento Regional perpassa por novas funções dos governos regionais, cuja gestão regional deverá traduzir em processos sistemáticos e permanentes *para cima*- articulação com governo nacional e agentes externos – *para os lados* – articulação com agentes e atores propriamente regionais – *para baixo* – articulação com municípios, agentes e atores da base social. Para tanto, é necessário a formulação de um projeto regional de consenso entre as partes envolvidas como o principal instrumento de negociação.

A eficiência do projeto regional depende da articulação e das condições de manejo dos seis elementos que normalmente estão presentes em qualquer território organizado. Esses elementos segundo o Boisier são: i) atores, ii) instituições iii) cultura, iv) procedimentos v) recursos e vi) estorno. O modelo pode ser visualizado pelo gráfico abaixo:

**Figura 2.1: Hexágono do Desenvolvimento Regional**



Fonte: Adaptação do Modelo de Desenvolvimento de Boisier

Os atores sociais podem ser identificados por categorias: atores individuais – uma membro da sociedade civil podendo ser de personalidade física ou jurídica – atores corporativos – sindicatos, associações empresarias, estudantis, etc e atores coletivos – representados pelos movimentos sociais. Esses têm como função liderar e conduzir o seu próprio desenvolvimento regional.

A cultura pode se dá de forma *competitiva/individualista*, capaz de gera crescimento, mas sem capacidade de gerar desenvolvimento ou *cooperativa/solidária*, capaz de gerar equidade sem crescimento. O diferencial está em descobrir a forma em que ambos os padrões culturais estejam combinados.

O recursos essenciais para o desenvolvimento na concepção de Boisier se apresentam em: i) recursos materiais (recursos naturais, equipamento de infra-estrutura e recursos de capital), ii) recursos humanos – não apenas em quantidade, mas sobretudo em qualidade, iii) recursos psicossociais – são associados a questões com autoconfiança coletiva, perseverança, consenso, mobilização coletiva, etc e iv) recursos de conhecimento – diz respeito ao saber acumulado da comunidade local.

O elemento institucional é outro fator importante para estimular o desenvolvimento, visto que, as instituições são as regras de jogo de uma sociedade, portanto, restrições concebidas pelo próprio homem para regular as ações humanas. Essas deverão ser instituições flexíveis, velozes e inteligentes. Flexível no sentido de ajustar à realidade instável do ambiente; veloz a fim de que possa aproveitar as oportunidades; inteligente pelo fato de ter à capacidade de aprender e à capacidade de estabelecer articulações com outras instituições.

Procedimentos referem-se a forma de gestão de como essas instituições são administradas, o trato correto com a coisa pública, o manejo orçamentário, a administração de pessoal, a gestão de projetos de investimento, as relações públicas, entre outras.

Por fim, o entorno, o último elemento do hexágono do desenvolvimento que refere a tudo aquilo que é externo à região, mas que acaba influenciando nas ações desenvolvidas. Trate-se

fundamentalmente do mercado, do Estado, das relações internacionais, dos organismos internacionais, etc.

Esses argumentos buscam no Estado uma democratização do poder com a finalidade de aumentar a sustentabilidade e a auto-suficiência alcançando justiça social por meio do melhoramento da qualidade da participação dos indivíduos no processo do desenvolvimento regional.

---

## CAPÍTULO III

### 3. METODOLOGIA

A estrutura metodológica da dissertação além de envolver um estudo descritivo sobre o tema proposto teve como instrumento de avaliação empírica a utilização de um modelo de Economia Regional, o qual proporcionou avaliar o impacto das atividades exportadoras do Município de Ilhéus sobre o dinamismo das atividades endógenas nesta região. Este modelo é conhecido na literatura como “Modelo da Base Econômica” ou como “Modelo da Base Exportadora”.

#### 3.1. O Modelo Teórico

O modelo explicativo da base econômica é aplicado a partir da escolha de uma variável base e da classificação de atividade produtiva básica e não-básica. Com o uso de dados empíricos, este modelo se propõe a fazer uma avaliação do impacto das relações inter-regionais e/ou internacionais na economia de uma dada região escolhida para estudo. O enfoque da pesquisa trata em avaliar o impacto das atividades exportadoras – turismo e pólo de informática – sobre geração de emprego e renda no município de Ilhéus.

As atividades básicas compõem a base de exportação, cujos produtos encontram demanda fora da região. Já nas atividades não-básicas a produção é destinada exclusivamente para atender a demanda local. Haddad (1974; p.13) afirma que: *a teoria da base econômica procura explicar a renda e o emprego de uma certa área por meio de forças exteriores à região: a demanda de outras regiões de bens e serviços produzidos na área que está sendo analisada*. Tal modelo pode ser expresso pela identidade, segundo Leven *apud* Almeida (1996), como segue:

$$A = \sum iA_i + \sum jA_j \quad (3.1)$$

$$A_i = f(A_i; A; A_j) \quad (3.2)$$

Onde:

$A$  = Variável base no total das atividades;

$A_i$  = Variável base nas atividades não –básicas;

$A_j$  = Variável básica.

$i = 1, \dots, m$  = atividades não-básicas

$j = m + 1, \dots, n$  = atividades básicas

A essência da teoria da base econômica no modelo anteriormente exposto mostra que o nível total da atividade vai ser sempre igual ao somatório das atividades básicas e não-básicas. Nesse sentido, a interpretação da primeira expressão dar-se-á pelo nível de atividade total ( $A$ ) igual ao somatório de todas as atividades não-básicas ( $A_i$ ) até a última atividade  $m$ , mais o somatório de todas as atividades básicas ( $A_j$ ) iniciadas em  $m + 1$  até a enésima atividade. Neste contexto, pode-se deduzir que as atividades produtivas de uma dada região estão distribuídas através de  $A_i$  e  $A_j$  de forma integrada mediante impactos da segunda sobre a primeira.

Já a expressão (3.2), representa as relações de dependência das variáveis. Sendo que o nível das atividades não-básicas  $A_i$  é uma função das suas próprias atividades,  $A_i$  ( $i = 1, 2, \dots, m$ ), é uma função do nível da atividade total ( $A$ ), e com maior relevância é uma função das atividades básicas  $A_j$  ( $m + 1, \dots, n$ ).

Tomou-se como variável base no modelo o emprego, haja vista ser considerada, em última instância, como uma variável de indicativo da renda, construindo a função que descreve o comportamento da teoria, a fim de se conhecer seus principais parâmetros e suas interpretações.

A escolha dessa variável possibilita representar o perfil da economia, dada uma área geográfica determinada, pois à medida que o grau de emprego varia torna possível analisar o crescimento e desenvolvimento econômico de uma região, além de ser uma variável de fácil acesso para análise dos fatos. Faz-se uma ressalva para o fato de não se considerar relevante para a economia de Ilhéus a hipótese do impacto do uso de alta tecnologia no aumento da produção e no reduzido efeito da criação de emprego. Isso se justifica em face de três aspectos correlatos: primeiro do restrito universo territorial da pesquisa – município de Ilhéus; outro supõe-se que a região ainda não está hegemonicamente dotada de novas tecnologias; e por fim, a estrutura analítica do modelo pressupõe uma articulação das exportações como fator impulsionador do desenvolvimento e, portanto, gerador de emprego a partir de uma hierarquização em que os impactos endógenos se dão, por exemplo, nas seqüências inter-regionais, intranacionais e internacionais.

Para se fazer a análise do impacto de  $A_j$  sobre  $A_i$  é necessário apresentar as expressões da função comportamental e do multiplicador de emprego. Ambas expressões são obtidas a partir da identidade (3.1). Com base em (3.1), pode-se construir uma função comportamental e o multiplicador de emprego, como segue:

$$Lab = Labi + Labj \quad (3.3)$$

Onde:

$L$  = Emprego;

$Lab$  = Emprego total;

$Labi$  = Emprego da atividade não- básica;

$Labj$  = Emprego da atividade básica;

$a = i + j$  = Atividades produtivas;

$i$  = Atividades não-básicas ( $i = 1, 2, \dots, m$ );

$j$  = Atividades básicas ( $j = m + 1, \dots, n$ );

$b$  = Região: Município de Ilhéus.

A medida da posição relativa entre  $Labi$  e  $Lab$  permite supor uma proporcionalidade entre estas variáveis, assim:

$$\alpha = \frac{Labi}{Lab} \Leftrightarrow Labi = \alpha . Lab \quad (3.4)$$

Onde:  $\alpha$  = coeficiente de proporcionalidade, ( $0 < \alpha < 1$ ).

A partir das expressões (3.3) e (3.4), obtêm-se:

$$Lab = \left[ \frac{1}{(1-\alpha)} \right] . Labj \quad (3.5)$$

Onde:  $k = \frac{1}{(1-\alpha)}$  = Multiplicador de emprego.

O teste de estabilidade do modelo converte a identidade (3.3) em uma relação funcional entre  $Lab_i$  e  $Lab_j$  estável, sendo, portanto, exigido que a função seja linear. Este teste é feito a partir das expressões (3.3) e (3.4), a seguir:

$$Lab = Lab_i + Lab_j \quad (3.3)$$

$$Lab_i = \alpha Lab \quad (3.4)$$

Com a existência do emprego autônomo, diga-se, o emprego independentemente da região conter um setor básico  $A_j$ , então permite-se introduzir um parâmetro linear  $\beta$  na expressão (3.4), como segue:

$$Lab_i = \beta + \alpha Lab \quad (3.6)$$

Substituindo (3.6) em (3.3) e desenvolvendo, tem-se que:

$$Lab = \beta + \alpha Lab + Lab_j$$

ou seja:

$$Lab = \frac{\beta}{(1-\alpha)} + \frac{1}{(1-\alpha)} Lab_j \quad (3.7)$$

Substituindo a expressão (3.7) em (3.3), tem-se que:



$$\frac{\beta}{(1-\alpha)} + \frac{1}{(1-\alpha)} Labj = Labi + Labj$$

ou seja:

$$Labi = \frac{\beta}{(1-\alpha)} + \frac{\alpha}{(1-\alpha)} Labj \quad (3.8)$$

Sendo que:

$$\square a_0 = \frac{\beta}{(1-\alpha)};$$

$$\square a_1 = \frac{\alpha}{(1-\alpha)}$$

Assim, obtêm-se a função comportamental para efeito de regressão econométrica da Teoria da Base Econômica, bem como, uma nova formulação para o multiplicador da forma a seguir:

$$Labi = a_0 + a_1 Labj \quad (3.9)$$

Portanto, a função de regressão amostral comportamental estimada é expressa da seguinte forma:

$$\hat{L}abi = \hat{a}_0 + \hat{a}_1 Labj \quad (3.10)$$

Onde:

$\hat{L}abi$  = estimador de  $Labi$ ;

$\hat{a}_0$  = estimador de  $a_0$

$\hat{a}_1$  = estimador de  $a_1$

$$k = \frac{1}{(1-\alpha)} = \alpha_1 + 1 \quad j \quad (3.11)$$

Onde:  $\alpha_0$  e  $\alpha_1$  = são parâmetros.

O parâmetro  $\alpha_0$  representa um valor positivo, tendo em vista a presença do emprego autônomo em relação às atividades exportadoras básicas. Esse parâmetro é de pouca relevância para esta pesquisa, pois na região em estudo existe atividade exportadora, rebatendo-se no objeto de análise que é a relação entre  $Lab_i$  e  $Lab_j$ .

O parâmetro  $\alpha_1$  deve ser positivo e significativo para ratificar a aplicação do modelo na região em estudo.

O parâmetro  $\alpha_1$  é influenciado pelo tamanho e grau de diversificação da região em estudo. Quanto menor e menos diversificada for a economia na região melhor tende a ser os resultados que indica o maior grau de dependência em relação às atividades exportadoras.

O coeficiente  $\alpha$  quando se aproxima de 1, as atividades não-básicas  $A_i$  tendem a crescer e as atividades básicas  $A_j$  tendem a decrescer, tornando-se uma economia fechada. Quando  $\alpha$  se aproxima de 0, ocorre o inverso, transformando-se a economia da região em um enclave.

### 3.2. Especificações Econométricas

A especificação econométrica utilizada neste trabalho parte de método de regressão linear simples, no qual os parâmetros foram estimados pelo método dos mínimos quadrados ordinários (*OLS*) valendo-se de dados em cortes transversais para o período de 1999 e 2000.

Pautando-se no modelo da base econômica, foram estimadas regressões lineares correspondentes aos períodos individualizados de 1999 e 2000. Para tanto, cada período amostral contemplou observações das empresas dos setores básicos e não-básicos. Vale salientar que o modelo de regressão simples estimado tem como variável dependente os dados que diz respeito ao setor não-básico, enquanto a variável independente é o setor básico.

A análise de corte transversal, também conhecida como *cross-section*, normalmente é utilizada quando os dados encontram-se organizados em séries especiais. Nesse caso, busca-se identificar relacionamentos econômicos entre duas ou mais variáveis dentro de um espaço.

Deve-se utilizar critérios específicos aliados à teoria econômica, de modo, que o cruzamento dos dados esteja distribuído dentro do espaço determinado. As suposições invocadas para os modelos de séries temporais são as mesmas para os modelos *cross-section*, dado que os modelos citados anteriormente utilizam o método dos mínimos quadrados ordinários (*OLS*) para estabelecer as estimativas dos parâmetros.

Matos (1999: 53) mostra que as suposições do modelo de regressão linear simples podem ser vistas como:

- O valor de  $Labi$ , para cada valor de  $Labj$ , é:

$$Labi = a_0 + a_1 Labj + e \quad (3.12)$$

- O valor esperado do vetor de erros aleatórios deve ser igual a zero, isto é:

$$E(e) = 0 \quad (3.13)$$

- A variância dos erros aleatórios ( $e$ ) é:

$$Var(e) = \alpha = Var(Labi) \quad (3.14)$$

Pois " $Labi$ " e " $e$ " diferem apenas por uma constante, o que não altera a variância (homoscedasticidade).

- A covariância entre qualquer par de erros aleatórios  $e_i$  e  $e_j$  é:

$$Cov(e_i, e_j) = Cov(Labi; Labj) = 0 \quad (3.15)$$

Se os valores de " $Labi$ " são estatisticamente independentes, também o são os erros aleatórios " $e$ " e vice-versa.

- Os valores de " $e$ " se distribuem normalmente em torno de sua média.

$$e \sim N(0; \alpha) \quad (3.16)$$

Se os valores de  $Labi$  são distribuídos normalmente e vice-versa.

- O número de observações deve exceder o número de variáveis do modelo a ser estimado.

Os dados em corte transversal ou *cross-section* envolvem observações sobre unidades econômicas de vários tamanhos. Nesse sentido, à medida que há um aumento no tamanho da unidade econômica, haverá maior incerteza associada aos resultados de *Labi*. Pautando-se no exposto, pode-se inferir sobre a possível presença de heteroscedasticidade ou variância não constante ao longo das unidades amostrais, quebrando com isso, as suposições da homoscedasticidade do modelo de regressão linear.

Este trabalho utiliza-se do teste de White para detectar presença ou não de heteroscedasticidade residual, enquanto que para a correção dessa anomalia, normalmente utiliza-se algum tipo de transformação para a sua respectiva correção.

Para verificar a significância estatística dos coeficientes estimados individualmente, utiliza-se o teste *t-Student*, que confirmará a validade ou não de determinado parâmetro do modelo proposto. Por outro lado, a estatística *F-ANOVA* avalia se os coeficientes estimados conjuntamente são estatisticamente significativos. No caso de modelo de regressão linear simples, esse teste vem reforçar o teste *t-Student*.

Já o coeficiente de explicação ou determinação também chamado de  $R^2$  mostra o grau de ajustamento da variável estimada. A nuvem de pontos dispostos num diagrama de dispersão mostra que quanto mais próximo de 1 estiver o coeficiente de explicação ( $R^2$ ), melhor será o ajuste da reta estimada e maior será o poder de explicação do modelo proposto. Ressaltando-se que, a qualidade da distribuição da amostra deve evitar as regressões espúrias que fará o  $R^2$  próximo a 1.

Por outro lado, o modelo proposto neste trabalho para os anos de 1999 e 2000 pauta-se na seguinte especificação econométrica:

$$Labi = a_0 + a_1Labj + e \quad (3.17)$$

Ou de outro modo:

$$Labi = c_0 + a_1Labj \quad (3.18)$$

Onde:

$$c_0 = a_0 + e$$

Nesse caso, o termo " $c_0$ " consiste em que tanto o parâmetro " $a_0$ " quanto o termo " $e$ " não expressam variáveis explicativas dentro do modelo. Assim, eles expressam constantes, já que serão agregados dentro de uma mesma constante.

Outrossim, a quantificação desses valores não será relevante para a análise que se está tratando, em razão da preocupação em querer conhecer as variações causadas pelo parâmetro  $a_1$ .

### 3.3. Processo de Amostragem

Para efeito metodológico, considerou-se como emprego básico no setor de turismo, àqueles diretamente relacionados com atividade hoteleira do Município, haja vista, ser esta atividade responsável pelo processo de hospedagem dos turistas, aqui classificada, como atividade exportadora. E, como emprego não-básico, aquele proveniente das atividades relacionadas com a permanência dos turistas na região, como restaurantes, bares, barracas de praia, artesanatos, agência de turismo, atividade de lazer e outras.

O procedimento para classificar o emprego em básico e não-básico no setor industrial, teve como atividade específica de estudo as empresas do Pólo de Informática de Ilhéus, em função de sua atuação no mercado exportador.

Desta forma, observou-se como empregos básicos, aqueles advindos das empresas exportadoras de produtos de informática e os empregos não-básicos aqueles gerados em função das empresas exportadoras. Esses empregos são decorrentes das empresas responsáveis em manter atividades, meios nos processos produtivos das empresas do pólo, como: transporte, segurança, restaurante, educação, venda e manutenção, assessoria, entre outros. As atividades básicas e não-básicas, foram listadas na dissertação através de duas amostras para cada setor produtivo estudado, totalizando assim quatro amostras estatísticas.

No caso de dimensionar uma amostra é necessário determinar o número mínimo de entrevistas necessárias para que as estimativas dos parâmetros sejam assintoticamente convergentes. Para realizar o processo de amostragem deste trabalho, inicialmente recorreu-se a Junta Comercial do Estado da Bahia (JUCEB), Empresa de Turismo de Ilhéus (ILHEUSTUR) e catálogo telefônico da região com o objetivo de determinar a quantidade de empresas básicas e não-básicas nela cadastradas, definindo-se com isso a população amostrada.

A partir disso, definiu-se o tamanho da amostra mediante a uso do método de amostragem probabilístico<sup>2</sup>, onde foram extraídas as estatísticas descritivas que deram suporte ao cálculo do tamanho da amostra coletada. Ressalta-se que a amostra coletada foi estratificada de acordo com o seu porte – micro, pequena, média e grande empresas – levando-se em consideração à metodologia empregada pelo IBGE.

Para tanto, calculou-se o tamanho da amostra para o setor básico turístico com base numa população finita de 123 empresas, cujo desvio padrão foi igual a 12,84 e com um erro padrão de estimativa igual a 1,94%, levando-se em consideração um nível de confiança de 95%, obtendo como resultado da estimativa uma amostra mínima coletada de 46 empresas, cujos dados foram obtidos mediante aplicação de um questionário para os anos de 1999 e 2000 respectivamente.

Para o setor turístico não-básico, listou-se preliminarmente com base num catálogo telefônico da região cerca de 130 empresas cujo desvio padrão encontrado foi de 6,77%, enquanto o erro padrão de estimativa foi igual a 1,02%, levando-se em conta o mesmo nível de confiança supracitado. Obteve-se como resultado da estimativa uma amostra mínima coletada 44 empresas comerciais a serem entrevistados. Ressalta-se que foram efetivamente entrevistados cerca de 88 estabelecimentos comerciais para o respectivo setor.

No que tange ao setor de informática, preteriu-se por trabalhar com dados secundários, face à disponibilidade na obtenção dos mesmos, apresentados em relatórios anuais 1999 e 2000, junto à Superintendência do Desenvolvimento da Indústria e Comércio (SUDIC), coletados entre as 46 empresas que compõem o pólo de informática no município de Ilhéus – Bahia. Para efeito de análise foram efetivamente utilizado o universo amostral de 30 empresas em função da quantidade existentes de empresas identificadas como não-básicas.

---

<sup>2</sup> A probabilidade de qualquer membro da população útil selecionada fazer parte da amostra final é conhecida, o que significa um conhecimento extenso e completo da composição e do tamanho dessa população.

---

Desta forma, os empregos não-básicos ligados ao setor de informática foram identificados mediante aplicação de um questionário em que foram detectados as relações inter-comerciais entre as empresas do pólo de informática e os setores que dão algum tipo de suporte em termos de matérias-primas ou prestação de serviços. Logo, o universo pesquisado compreende 30 empresas avaliadas.

## CAPÍTULO IV

### 4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

#### 4.1. Análise das Estimções Econométricas

No que tange aos modelos econométricos estimados a partir do método dos mínimos quadrados ordinários estimou-se para as duas atividades econômicas, a saber, turismo e informática, duas equações para cada setor específico nos anos de 1999 e 2000, tomando-se como variáveis do modelo o número de empregos gerados pelos setores básico e não-básico.

Empregou-se a transformação logarítmica nas respectivas variáveis com o objetivo de obter após as estimções os valores do multiplicador, bem como minimizar qualquer tipo de problema decorrente de heteroscedasticidade residual que porventura viesse a surgir.

##### 4.1.1. Atividade Turística

As estimções relativas ao ano de 1999 do setor turístico encontram-se na tabela a seguir:

**Tabela 4.1: Estimções Econométricas para o Setor Turístico em 1999.**

Variáveis	Coefficientes	Erro Padrão	<i>t-Student</i>	Significância	R <sup>2</sup> parcial
Constante	1,1880	0,1357	8,754	0,0000	64,60%
<i>Labj</i>	0,5352	0,0629	6,918	0,0000	53,26%

$$R^2 = 53,26\%; F(1, 42) = 47,858; \text{Normal. } \chi^2(2) = 2,314 (0,2077); \chi_i^2: F(2, 39) = 0,4642 (0,6321)$$

Os coeficientes estimados econometricamente na tabela 4.1, através da amostra coletada podem ser expressos algebricamente da seguinte forma:

$$Labi = 1,1880 + 0,5352Labj \quad (4.1)$$

(8,754)            (6,918)

Vê-se através da expressão (4.1) que os valores expostos abaixo dos parâmetros estimados são os valores calculados do teste *t-Student*. Pode-se à luz dos seus resultados notar que tais valores superam o valor tabelado ou crítico ao nível de significância estatística de 5% que situa-se próximo de 2, sendo, portanto, superior aos valores calculados e, rejeitando-se, por consequência, a hipótese nula de que tais parâmetros estimados sejam iguais a zero. O teste *F-Anova* também confirma a existência de regressão linear, dado que o seu valor calculado que foi igual a 47,858 também supera o valor tabelado ao nível de significância estatística de 5% e com um grau de liberdade no numerador e 42 graus de liberdade no denominador, sendo igual a 4,08.

Por outro lado, o modelo estimado apresentou um coeficiente de explicação,  $R^2$  em torno de 53,26%, sendo um valor considerável estatisticamente, o que, evidencia que cerca de 46,74% das variações na variável dependente são provenientes de outras variáveis ou fatores exógenos que não foram incorporados ao modelo econométrico.

Cabe salientar que as estimativas econométricas dos parâmetros apresentam valores dos sinais condizentes com a teoria econômica. Além disso, o teste de normalidade dos resíduos conhecido por Jarque-Bera que segue uma distribuição do tipo qui-quadrado com dois graus de liberdade, ou seja,  $\chi^2_i(2)$ , garantiu a hipótese de normalidade dos resíduos uma vez que o seu valor calculado acabou sendo um valor de significância igual a (0,2077 ou 20,77%) sendo, portanto, superior ao valor tabelado ou crítico de 5%, rejeitando-se a hipótese nula de não normalidade dos resíduos.

Ademais, a estimação avaliada inicialmente detectou a presença de heteroscedasticidade através do teste de White e disposto no *software econométrico PcGive versão 8.0*<sup>3</sup>. Essa anomalia ocorreu devido ao número de observações aberrantes na amostra, ou seja, a variância era não constante ao longo das unidades amostrais. Contudo, após utilizar o artifício matemático de dividir a equação original pela variável independente e, estimando-se novamente os parâmetros do modelo a ser formulado, não foram encontrados quaisquer vestígios de heteroscedasticidade residual, aceitando-se a hipótese nula de que os resíduos provenientes do modelo formulado são homoscedásticos (variância constante) ao nível de significância estatística de 5%, através do teste qui-quadrado de White.

Para as estimações para o setor turístico no ano de 2000, os resultados econométricos e os respectivos testes de validação do modelo com base nos dados de corte transversal encontram-se dispostos na tabela a seguir:

**Tabela 4.2: Estimações Econométricas para o Setor Turístico em 2000**

Variáveis	Coefficientes	Erro Padrão	<i>t-Student</i>	Significância	R <sup>2</sup> parcial
Constante	0,38994	0,06137	6,354	0,0000	0,4785
<i>Labj</i>	0,77930	0,02797	31,443	0,0000	0,9574

$$R^2 = 95,74\%; F(1, 44) = 988,69; Normal. \chi^2(2) = 2,365 (0,3065); \chi_i^2: F(2, 41) = 0,5642 (0,7321)$$

Algebricamente, pode-se expressar o modelo econométrico, estimado através do método dos mínimos quadrados ordinários (OLS), para o setor turístico no ano de 2000 da seguinte forma:

$$Labi = 0,38994 + 0,77930Labj \quad (4.2)$$

(6,354)    (31,443)

Tal como fora avaliado as estimações anteriores, observa-se à luz da expressão (4.2) que os valores expostos abaixo dos parâmetros estimados são os valores calculados do teste

<sup>3</sup> Maiores informações sobre esse *software* econométrico basta recorrer ao seguinte endereço eletrônico: <http://www.pcgive.com>

*t-Student*. Pode-se notar através dos resultados calculados que os seus resultados também superam o valor tabelado ou crítico ao nível de significância estatística de 5% que situa-se próximo de 2, rejeitando-se, por consequência, a hipótese nula de que tais parâmetros estimados sejam iguais a zero.

O teste *F-Anova* confirma a existência da formulação da respectiva regressão linear simples, dado que o seu valor calculado que foi igual a 988,69 que supera largamente o valor tabelado ao nível de significância estatística de 5% e com um grau de liberdade no numerador e 44 graus de liberdade no denominador, sendo igual a 4,08.

Os demais testes estatísticos como o de normalidade dos resíduos (Jarque-Bera) e o teste qui-quadrado de White confirmam a boa performance do modelo estimado, não havendo qualquer tipo de anomalia que venha a comprometer todo o processo de estimação dos parâmetros propostos, como pode ser observado na tabela 4.2. Conquanto o coeficiente de explicação para o modelo estimado para o ano de 2000, sendo igual a 95,74%, significando dizer que apenas 4,26% das variações na variável dependente são provenientes de outras variáveis ou fatores exógenos que não foram incorporados ao modelo econométrico.

Vale salientar que do ano de 1999 para o ano de 2000, os empregos não-básicos tiveram um incremento de cerca de 45,61%<sup>4</sup>, com base na amostra coletada no município ilheense, isso leva a inferir que as políticas públicas direcionadas para tal setor vêm se consolidando como a mola propulsora do desenvolvimento sustentável do município.

---

<sup>4</sup> Calculou-se a variação percentual dos empregos não-básicos do setor turístico, com base no parâmetro estimado (*Labj*) entre os anos de 1999 e 2000, levando em consideração a seguinte sistemática:  $\Delta\% = (0,7793/0,5352 - 1) 100 = 45,61\%$ .

### 4.1.2. Atividade Industrial de Informática

No que tange a amostra coletada para o setor de informática no ano de 1999, também foram estimados os parâmetros econométricos com base no método dos mínimos quadrados ordinários, no qual encontrou-se a seguinte equação matemática.

**Tabela 4.3: Estimções Econométricas para o Setor de Informática em 1999**

Variáveis	Coefficientes	Erro Padrão	<i>t-Student</i>	Significância	R <sup>2</sup> parcial
Constante	0,47804	0,12284	3,893	0,0006	35,11%
<i>Labj</i> )	0,64125	0,04276	14,996	0,0000	88,93%

$$R^2 = 88,93\%; F(1, 28) = 224,88; \text{Normal. } \chi^2(2) = 7,1837 (0,1275); \chi_i^2: F(2, 25) = 2,103 (0,1432)$$

Através dos resultados dispostos na tabela 4.3, pode-se expressar algebricamente a equação matemática que descreve o relacionamento entre os setores básico e não-básico no município de Ilhéus – Bahia.

$$\hat{Labi} = 0,47804 + 0,64125 Labj \quad (4.3)$$

(0,64125)                      (14,996)

Com base na equação anterior, é fácil perceber que todos os testes estatísticos confirmam a boa performance do modelo econométrico. Assim, é possível afirmar que não existe qualquer tipo de anomalia no conjunto de dados utilizados de tal forma que venha comprometer o processo de estimação dos parâmetros. O teste *F-Anova* confirma a existência de regressão linear, dado que o seu valor calculado foi de ordem de 224,88 superando o valor tabelado ao nível de significância de 5% com um grau de liberdade.

Conquanto o coeficiente de explicação para o modelo estimado para o ano de 1999, foi satisfatório, sendo igual a 88,93%, significando dizer que apenas 11,07% das variações dos empregos não-básicos são provenientes de outras variáveis ou fatores exógenos que não